

## **ESCOLA UNITÁRIA E CULTURA LAICA: DOS REFORMADORES DAS LUZES À UTOPIA DE GRAMSCI**

*Patrizia PIOZZI\**

**RESUMO:** O lugar proeminente atribuído por Gramsci ao Iluminismo dentre os movimentos culturais renovadores que contribuem para o aprimoramento intelectual e moral dos povos constitui o eixo em torno do qual este artigo busca construir paralelos entre as suas teses sobre educação e cultura e o legado dos Enciclopedistas, seja na criação de gêneros literários populares, seja na proposição de uma escola moderna e democrática. A abordagem aqui assumida investiga, no texto gramsciano, os ecos dos projetos elaborados pela ala mais progressista das Luzes para uma instrução pública universal e gratuita, na qual o estudo teórico e laico das ciências naturais e políticas, assim como a iniciação à cultura artística e filosófica visam formar homens e cidadãos autônomos. Objetivo similar evidencia-se nas críticas do pensador sardo às rupturas causadas pela reforma da escola italiana nos anos 20 entre ensino religioso e filosofia, entre formação humanista e habilitação técnica, em projeto alternativo de uma escola unitária e integralmente laica. Em oposição à legitimação da política educacional fascista pela filosofia de Benedetto Croce, Gramsci inscreve-se na senda aberta pelos iluministas, reconhecendo na escola um dos espaços para a emancipação de todos os homens das formas, modernas e tradicionais, de redução do intelecto à dimensão operativa e de transmissão dogmática de verdades e normas inquestionáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iluminismo. Alta cultura. Cultura popular. Ensino religioso. Educação laica. Escola unitária. Democracia. Razão. Mito.

Em uma de suas obras mais famosas, “Cinco Memórias Sobre a Instrução Pública”, vinda à luz em 1791 na Paris revolucionária (CONDORCET, 2008),

---

\* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas – SP – Brasil. 13083-865 – piozzi@unicamp.br

o então deputado constituinte Condorcet identifica no crescimento e redução da desigualdade social o principal fator a ser considerado pelos que investigam a aventura humana no tempo para distinguir os períodos de prosperidade e sabedoria das nações dos que marcam sua estagnação (CONDORCET, 2008). Na ótica da “nova história” aí proposta, o ascenso e decadência das civilizações medem-se, em primeiro lugar, pela capacidade que estas tenham de reduzir ou extinguir os efeitos destrutivos da desigualdade, não através da intervenção iluminada de governos “sábios”, sempre transitória e incerta, mas pelo avanço irreversível, entre os povos, da consciência de seus direitos políticos e sociais.

Florescida entre os pensadores mais radicais das Luzes, a ideia de que o aperfeiçoamento das ciências e das artes legitima-se enquanto instrumento civilizatório apenas vinculando-se a um processo, e projeto, coletivo pautado em relações livres e igualitárias, repercutiu e deitou raízes nas grandes narrativas anticapitalistas dos séculos XIX e XX, vindo a compor a crítica à sociedade liberal e aos programas políticos empenhados em sua superação.

Em artigo redigido em 1916 (GRAMSCI, 1974), antes de tornar-se um dos mais destacados militantes intelectuais e políticos do marxismo contemporâneo, o jovem Gramsci, recém integrado à causa socialista<sup>1</sup>, desenvolve argumentações muito similares às de Condorcet, afirmando que o avanço da liberdade e igualdade entre os homens na história encontra-se visceralmente ligado à tomada de posse, pelas massas populares, de sua “personalidade” e “valor intrínseco”, expressos em sua efetiva função social e nos direitos e deveres a ela inerentes. As lutas em prol da justiça e liberdade, tornando-se mais visíveis e dramáticas nos períodos revolucionários, durante os quais acelera-se sobremaneira o ritmo das transformações no plano das instituições e das mentalidades, não podem ser explicadas exclusivamente pela explosão da revolta popular sob o “estímulo” da necessidade fisiológica: elas nascem, também, de uma intensa atividade prévia, de natureza pedagógica, levada adiante por grupos minoritários, que detém o conhecimento mais preciso e rigoroso sobre “[...] as razões de certos fatos e sobre os meios melhores de convertê-los de causas de vassalagem em instrumentos de rebelião e reconstrução social.” (GRAMSCI, 1974, p.81).

Exemplar deste tipo de corrente intelectual no período anterior à Revolução Francesa, os homens que deram o nome ao século das Luzes

---

<sup>1</sup> O artigo, intitulado *Socialismo e Cultura*, foi publicado no *Grido Del Popolo*, órgão da Federação Socialista de Turim, do qual Gramsci assumiu a direção de fato a partir de setembro de 1917. A valorização, neste famoso texto, do papel da vontade e do espírito na transformação social, já marca a sua divergência das teses deterministas da IIª Internacional Socialista, anunciando a grande importância atribuída nos escritos carcerários à educação e à cultura na luta por uma “nova civilização”.

inundaram a França com uma variedade imensa de escritos dirigidos a esclarecer o povo em torno dos crimes e mentiras dos poderosos contra os “direitos naturais” dos homens, acendendo uma faísca que, alastrando-se por toda a Europa, preparava as inteligências para a tarefa de criar um novo ordenamento social e político após o incêndio que varreria o “Anciën Regime” (GRAMSCI, 1974, p.82).

Ao reconhecer nos Enciclopedistas um dos grandes movimentos culturais que transformam o conhecimento em “vida”, propiciando a elaboração coletiva de novas normas éticas de convivência, Gramsci delega este papel aos socialistas na conjuntura sua contemporânea, polemizando, explicitamente, com os letrados pedantes e vazios para quem a erudição torna-se um mero meio de autoafirmação e competição, e, implicitamente, com as tendências positivistas e evolucionistas então predominantes no marxismo, responsáveis pela subestimação do papel da vontade livre no processo transformador. Resultado do embate travado no intelecto e na sensibilidade entre o passado da tradição e o novo mundo gestado pela expansão do comércio e da indústria, entre as imagens de uma modernidade erguida sobre o domínio e a pré-visão de um futuro emancipado, a ação radicalmente renovadora configura-se aí como escolha autônoma e consciente da maioria, operante na dimensão universal das leis da ética, para além das determinações do interesse e paixões egoístas.

O papel atribuído por Gramsci ao “progresso intelectual” das massas para garantir sua emancipação efetiva já é central nas teorizações juvenis sobre os “conselhos de fábrica”, das quais emerge a crença na capacidade criadora dos produtores modernos, que tecem os fios da nova ordem pela colaboração e educação recíproca na vivência técnica e política da fábrica<sup>2</sup>. Após a dispersão e o esmagamento das associações operárias e a ascensão do fascismo, nas notas e ensaios redigidos no cárcere entre 1929 e 1935, o ilustre prisioneiro, em busca de novos caminhos e perspectivas para a ação revolucionária, retoma e estende o exame dos grandes movimentos culturais renovadores, distinguindo aqueles que se desenvolvem exclusivamente no interior do debate entre “iniciados” dos que tem impacto “prático” sobre os modos de pensar e agir de inteiros grupos sociais e nacionais, transformando a ciência e a filosofia em armas críticas contra os artifícios simbólicos de perpetuação do domínio.

---

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui, sobretudo, aos textos redigidos para o periódico *L'Ordine Nuovo*, que, fundado em Turim, em 1919, no período das grandes lutas operárias da FIAT, dedicou-se a difundir entre os trabalhadores a idéia de que os Conselhos de Fábrica originados ao longo do movimento constituíam um embrião do futuro Estado operário e uma escola em que se forjava a capacidade dos trabalhadores de construir um nova ordem (GRAMSCI, 1974, p.106).

Nesta ótica analítica, constrói-se, no texto gramsciano, o paralelo que opõe a Renascença à Reforma protestante nos albores do mundo moderno e, no panorama cultural seu contemporâneo, o idealismo crociano ao marxismo<sup>3</sup>.

Embora reconheça a enorme importância da obra de Croce na construção de uma cultura laica moderna na Itália, tornando-se referência obrigatória na luta contra o conservadorismo da Igreja Católica, Gramsci critica a sua natureza elitista, “renascentista”, realçando dois aspectos visceralmente vinculados. O primeiro diz respeito aos limites estreitos em que ela circula: exercendo uma influência decisiva sobre a vida intelectual do País, a ponto de propiciar o florescimento de um amplo espectro de intelectuais progressistas, independentes e críticos, em relação às temáticas religiosas, não tem, porém, eco significativo entre as massas populares, mostrando-se estéril na missão de transformar a crítica filosófica em norma ética radicalmente nova ou, segundo a profissão de fé intelectual do próprio Croce, em “religião da liberdade”. Em segundo lugar, ao valorizar o crescimento exponencial da “alta cultura” renascentista, no contraste com a estagnação intelectual da Reforma luterana, obrigada a “pagar a sua popularização com o atraso de seu desenvolvimento”, traça uma distinção radical entre o saber científico e filosófico, rico e criativo, destinado aos homens cultos, e a propaganda ideológica, pobre e repetitiva, dirigida às classes instrumentais. Alicerçado na certeza de que a abertura das portas da ciência é inútil para mentes infantis e incultas, o apoio de Croce à introdução do ensino religioso na escola elementar italiana, único nível frequentado em massa pelos filhos das camadas subalternas, confere a legitimidade da filosofia a uma política incongruente com o princípio liberal; o expoente máximo da cultura laica nacional e da “religião da liberdade” permite, com seu aval à nova lei, que o campo de ação do Estado moderno seja invadido pelo atraso intelectual naturalmente vivenciado pelo povo na família e na paróquia reforçando suas posturas obedientes e passivas.

A hierarquização entre duas “raças” de homens separadas por um abismo intransponível subjaz a muitos dos projetos educacionais elaborados por uma longa tradição do pensamento liberal: adeptos, no plano abstrato, da liberdade e igualdade de todos os homens, visualizam na escola moderna um dos meios de produção e perpetuação da divisão entre trabalho mecânico e intelectual, traçando percursos escolares diferentes para os futuros planejadores e executores, governantes e governados. Identificando nas proposições de Croce mais um exemplo desta política de hierarquização das capacidades, Gramsci confere, em contraste, aos Iluministas, o estatuto de mais importante filosofia política do mundo moderno antes do marxismo por seu enorme aporte ao desenvolvimento de uma reforma

---

<sup>3</sup> Confira, sobretudo, *La filosofia di Benedetto Croce, Quaderno 10 (1932-1935)* em Gramsci (1977b) e *Introduzione allo studio della filosofia, Quaderno 11 (1932-1933)* em Gramsci (1977b).

intelectual e moral de dimensões européias. Tal renovação, mais completa que a trazida pelo protestantismo, seja por incluir em si a massa camponesa, seja por seu caráter nitidamente laico, expresso no esforço de substituição da ideologia religiosa pelo vínculo nacional e patriótico, não incide imediatamente no progresso da “alta cultura”. No entanto, não só o pensamento das Luzes torna-se, mais tarde, referência imprescindível no debate dos grandes temas filosóficos e políticos do mundo contemporâneo, mas, sobretudo, revela um potencial civilizatório muito mais significativo, se se entender por progresso o aperfeiçoamento da humanidade como um todo.

A valorização dos movimentos culturais por seu impacto no aprimoramento intelectual e social dos povos e o lugar proeminente atribuído às Luzes entre eles abre caminho para investigar o alcance da herança iluminista presente no ideário de Gramsci. Em que pese as diferenças das conjunturas e projetos de transformação social, tal herança evidencia-se no papel atribuído à educação das massas na efetivação da utopia libertária e igualitária moderna. Apontando para a eficácia das formas mágicas e dogmáticas de construção e consolidação do consenso em torno dos valores dominantes, os seus escritos priorizam, no processo educativo emancipatório, a luta cultural entendida como produção e divulgação da crítica e da alternativa às concepções do mundo transmitidas pelo discurso religioso, que cria e repõe incessantemente nos fiéis a adesão incondicional e passiva a “verdades” inquestionáveis.

Ao priorizar, na atividade intelectual, a missão pedagógica de democratizar as grandes conquistas das “ciências e artes”, o pensador sardo não subestima em nenhum momento o papel das grandes filosofias e criações científicas de vocação renascentista: ao contrário, estas constituem a fonte que alimenta os intelectuais devotados a traduzí-las em linguagens e organizações culturais acessíveis aos homens comuns. Nesta ótica, sua consideração sobre a esterilidade do pensamento de Croce por não

[...] criar um conjunto de discípulos que o substituíssem (já que ele pessoalmente queria empregar sua energia para a criação de uma alta cultura), na popularização de sua filosofia, procurando torná-la um elemento educativo, desde as escolas primárias (e, portanto, educativo para o simples operário e camponês, isto é, para o simples homem do povo). (GRAMSCI, 1977b, p.1294).

não pode ser lida exclusivamente como a denúncia de uma postura aristocrática e pedante, incoerente com a vocação política e ética de todo o autêntico pensar filosófico. Incidindo diretamente no centro anímico dos vínculos entre o pensamento dos doutos e a cultura destinada ao povo, a crítica evidencia sua maior divergência do

mestre do neoidealismo italiano no que diz respeito aos alcances e limites do acesso do povo ao conhecimento. Nos escritos em que Croce discorre sobre a educação e cultura no mundo moderno, o leitor depara-se com a certeza de que o pensar filosófico é, por natureza, e, enquanto tal, deve sê-lo por educação, prerrogativa de poucos. Tal convicção não redundava em proposta de excluir radicalmente a maioria trabalhadora do mundo da cultura, mas, ao contrário, na insistência sobre o dever dos intelectuais de educar as massas. No entanto, este processo educativo, longe de se dirigir a potenciar o intelecto, reduzindo a distância que as separa do pensar cultivado, é essencialmente diferente, em suas fontes e forma de desenvolvimento, da instrução destinada à minoria dotada para a aventura do conhecimento. Por um lado, sem mediação de conteúdos livrescos, a educação das multidões alimenta-se da experiência direta nos sindicatos, no exercício da cidadania do voto, na participação nos grandes esforços coletivos de construção nacional, como a industrialização ou a guerra; por outro lado, realiza-se, também, por obra dos iniciados, através de uma “literatura popular”, não criada por elas, mas “[...] escolhida, adaptada e imitada, mais adequada a seus afetos e nível mental” (CROCE, 2006, p.159) e, no plano da escolarização, pelos ensinamentos do professor primário. O trabalho de adequação, realizado pela cultura religiosa com grande maestria, transfigura as verdades descobertas pelos sábios em mitos e fabulações passíveis de serem decodificados pelos sentimentos e fantasias simplórias daqueles cujo “nível mental” não se coaduna com a vida intelectual e artística. Nesta ótica entende-se seu ceticismo diante de toda reforma da educação empenhada em franquear às multidões o acesso à instrução propedêutica superior, de cunho crítico e reflexivo, opondo-lhe a atividade cultural capaz de se nivelar, e de por freio, a suas paixões rudimentares e imaginação tosca, afastando-as dos demagogos e oportunistas de todo o tipo. Em suas palavras, a tentativa “[...] que o liberal do século XIX empreendeu com tanto zelo, não respondeu à esperança de torná-las politicamente pensantes.” (CROCE, 2006, p.231).

Ao debater a crise da filosofia no ensino superior italiano, com o mesmo propósito de manter o vulgo longe das portas da ciência, sua catilinária contundente e indignada às mesquinhas contendas entre os grupos dominados por interesses imediatistas de emprego e disputas de cargos não se traduz em proposta de reforma institucional que possa facilitar o renascimento das autênticas paixões intelectuais, mas no sonho de uma fuga da filosofia para fora do mundo acadêmico. Em nome da “utopia” de uma cidade livre, um limbo habitado por sábios que pairam acima das vulgares determinações de interesses, chega a negar o princípio liberal da igualdade das oportunidades, por ser impossível impedir, “[...] ao abrir a porta da instituição para estudiosos dignos, que disso se aproveitem os indignos.” (CROCE, 1993, p.28).

Em artigo sobre o ensino religioso (1923), após afirmar que a filosofia laica, mesmo quando divulga suas verdades sob a forma de mitos e lendas, nunca deve negar seus pressupostos, abandona este princípio rendendo-se à necessidade “prática” de evitar o confronto com o catolicismo na escola elementar, na qual predomina a presença da família, argumentando que os alunos, pequenos demais para ter independência da formação familiar, correm o risco de serem privados do “senso do divino”, “do freio interior e da disciplina”, garantidos pela educação confessional. Se se considerar que, em sua concepção, o papel de educar as massas cabe à experiência direta da vida social e política e, no âmbito da educação formal, exclusivamente, ao professor primário, não é descabido concluir que a fácil correção deste conflito inicial “nos graus superiores de educação e do ensino” pela iniciação à filosofia (CROCE, 1993, p.247) não irá contemplar os filhos da maioria do povo. Assim, na passagem da declaração abstrata de princípio para a “realidade efetiva das coisas”, sela seu apoio ao caráter classista e discriminatório da reforma de Gentile, que nega aos futuros trabalhadores manuais e mecânicos o acesso ao “antídoto” filosófico à formação inicial na religião, excluindo esta disciplina do currículo das escolas técnicas.

A separação radical operada por Croce entre o saber e linguagem dos doutos em seu círculo próprio e aqueles reservados à educação das massas, dentro e fora dos muros da escola, fundamenta-se no pressuposto antropológico, de memória platônica, da inaptidão da maioria para a complexidade e a riqueza da língua e do conhecimento cultos. Imposta pela natureza, e, portanto, intransponível por qualquer tentativa contrária no âmbito educacional, a aprendizagem por mitos e fabulações constitui o alcance e limite máximo da cultura popular, tendo seu correlato, no âmbito dos papéis produtivos, no trabalho manual e mecânico, únicos apropriados à natureza da maioria dos homens.

Movimentando-se em sentido contrário a essa concepção, ainda predominante em sua época, e preservada até nossos dias pelo liberalismo de matriz lockeana, a prática intelectual dos iluministas opera uma profunda revolução nos vínculos entre os pensadores atuantes nos espaços amplos das ciências e das belas artes e letras e aqueles que traduzem suas criações e descobertas para um público cada vez mais amplo, esclarecido e ativo de homens comuns.

Em 1794, em um dos períodos mais dramáticos da Revolução Francesa, Condorcet, refugiado em uma casa amiga, poucos meses antes de sua misteriosa morte na prisão, redigia um “esboço dos progressos do espírito humano”, posteriormente consagrado como uma obra emblemática do pensamento histórico das Luzes (CONDORCET, 1993). Nas páginas em que trata das grandes transformações ocorridas ao longo do século XVIII na Europa destaca a emergência de

[...] uma classe de homens menos ocupados em descobrir ou em aprofundar a verdade do que em difundí-la, que, dedicando-se a perseguir os preconceitos nos asilos onde o clero, as escolas, os governos, as antigas corporações os tinham recolhido e protegido, puseram sua glória em destruir os erros populares, antes que em fazer recuar os limites do conhecimento humano, maneira indireta de servir aos progressos destes, que não era nem a menos perigosa nem a menos útil. (CONDORCET, 1993, p.143).

Ao se referir desta maneira aos “philosophes” que, sob a direção de Diderot e D’Alembert, implementaram o projeto da Enciclopédia, a mais monumental de suas inúmeras contribuições para o crescimento de um esfera pública de “cidadãos sem soberania” (FERRONE; ROCHE, 2002), Condorcet não pretende hierarquizar, por uma distinção radical, os grandes criadores e descobridores e os meros divulgadores do conhecimento ou, para usar uma linguagem mais recente, alta cultura e a cultura popular. Inúmeras passagens de seus escritos dedicam-se a mostrar como as condições técnicas de um acesso amplo ao conhecimento propiciadas pela invenção da imprensa, aliadas às extraordinárias transformações econômicas e políticas em curso na Europa nos albores da modernidade, contribuem enormemente para o progresso das ciências e as artes, impulsionando o crescimento exponencial da quantidade de homens atuantes no mundo de forma mais autônoma, crítica e inventiva. A emergência desta nova “classe” de intelectuais devotados à divulgação do conhecimento marca o apogeu deste fenômeno: a criatividade dos divulgadores evidencia-se no surgimento de novos gêneros literários, nos quais a linguagem, “vulgarizada”, dirigida a despertar o povo do sono dogmático, oculta seus intentos em palavras carregadas de ambivalência, forjadas para driblar a censura e perseguição dos poderosos. Nos verbetes da Enciclopédia, nos jornais, nos contos e romances filosóficos, nas adaptações didáticas das grandes obras científicas, a língua, construída por técnicas narrativas e explicativas que a tornam mais simples e direta, carrega o desafio de manter o rigor analítico da escrita culta, em uma forma de comunicação diferente da que ocorre entre os iniciados e, ao mesmo tempo, oposta a que seduz e convence sem esclarecer (ROMANO, 2000). O sentido laico dessa literatura não se desvenda pelas convicções religiosas de seus autores, nem pelo combate aos abusos e crimes da Igreja Católica mas, muito mais, pela vocação em despertar e tornar operantes no interlocutor as dimensões analíticas, críticas e inventivas do pensamento e da sensibilidade, atributo natural de todos os seres humanos. Tendo por base as descobertas das ciências naturais e políticas modernas, não as tratam, no entanto, como corpos doutrinários, depositários de verdades definitivas em oposição maniqueísta às mentiras da religião, mas como conquistas do empenho científico e filosófico, sempre sujeitas à revisão, correção, superação.

Embora vários entre os “philosophes”, temerosos em torno dos efeitos sociais e políticos de um povo instruído, assumissem uma posição mais conservadora, defendendo uma educação limitada e de cunho profissionalizante para a grande massa trabalhadora, predominava, no espírito e militância das Luzes, a tendência a reconhecer na difusão cada vez mais ampla do conhecimento acumulado pela humanidade um dos principais veículos para a realização da reforma social e política rumo a uma convivência coletiva mais livre, igualitária e tolerante. Delegando esse empreendimento à obra pedagógica dos homens cultos, colocaram no centro de seu debate a questão da instrução pública e de seu financiamento integral pelo Estado, única instituição capaz de englobar de forma sistemática e regulada amplos estratos da população nacional. Os projetos mais democráticos que emergiram do confronto de ideias em torno da criação de sistemas nacionais de educação, e formulados por Denis Diderot em 1775 (DIDEROT, 2000), por encomenda da “déspota esclarecida” Catarina II de Rússia, e por Condorcet (CONDORCET, 2000<sup>4</sup>; CONDORCET, 2008), quase 20 anos mais tarde, em plena luta revolucionária, anunciam o grande debate travado em torno do papel da escola pública, nos séculos XIX e XX, em que se deu sua implantação definitiva. Embora sejam particularmente impactantes, no debate do seu tempo, os argumentos, contidos nestes projetos, em favor do acesso irrestrito e gratuito a todos os filhos da nação desde os anos iniciais até as mais altas etapas do ensino superior, seu aspecto mais democrático e inovador encontra-se oculto na construção “curricular”: o leitor depara-se com uma progressão escolar unificada, o mesmo caminho aberto para todos, em cuja base encontram-se as ciências naturais e morais, úteis, respectivamente, às relações com as coisas e com os homens, na expressão de Gramsci. Alicerçada em um letramento que privilegia o estímulo à análise clara e rigorosa de fatos e verdades estabelecidas, a iniciação ao conhecimento do “cosmos” físico e social, se faz pelo acesso direto às teorias, excluindo o treinamento técnico operativo e a transmissão autoritária de normas inquestionáveis.

Apesar de não estar explicitado, no plano de Diderot, redigido sob a égide da censura do *Anciën Regime*, o intento de laicização radical do ensino, a recusa das formas religiosas e doutrinárias de educação evidencia-se na escolha da geometria, da lógica e da crítica para preparar o aluno a por sob suspeição e submeter a exame crítico todas as autoridades, inclusive a da razão. (DIDEROT, 2000, p.304). Alguns anos mais tarde, em seu relatório sobre a instrução pública, vindo à luz em meio às turbulências e incertezas próprias a um mundo em luta para “virar de ponta cabeça”, Condorcet refuta o argumento segundo o qual o ensino laico está acima da estupidez das massas (CONDORCET, 2000), mostrando que toda doutrina religiosa ou política

---

<sup>4</sup> Obra traduzida para o português: Instrução pública e organização do ensino. Porto: Livraria Educação Nacional, 1943.

construída por meio de dogmas que exigem a adesão incondicional e passiva inibe o exercício livre do intelecto na aventura do conhecimento, constituindo-se em poder despótico sobre as mentes, o mais poderoso aliado da submissão inerme dos corpos aos seus algozes.

Projetada para quebrar o vínculo entre ignorância do próprio “valor intrínseco” no mundo e a fé cega na “ordem natural” das coisas, no qual se alicerça a “servidão voluntária”, a instrução pública, laica, universal, unificada em torno do método científico moderno para o governo da natureza e dos homens, contemplando, ao mesmo tempo, a iniciação às belas artes e letras, adquire um lugar proeminente na conquista da verdade, do bem e da beleza, impulsionando a progressão indefinida, permanente e expansiva rumo a uma boa e sábia vida coletiva.

Figurando nos debates da Assembleia Legislativa no período mais radical da Revolução Francesa, o projeto de formação única para todos permaneceu uma carta de intenções, nos séculos XIX e XX, ao longo dos quais a integração das massas populares à cultura e à educação formal se faz subordinada à lógica do capital. A extraordinária expansão do mercado de bens simbólicos, dando origem a uma produção cultural dirigida ao consumo imediato, para a qual o aprimoramento do gosto e do intelecto torna-se irrelevante em relação à busca do lucro e do consenso, tem seu correlato na implantação progressiva de sistemas nacionais de educação em que a divisão do ensino, a partir do nível médio, em dois caminhos distintos, para aqueles destinados ao trabalho técnico e para os futuros dirigentes e doutos da nação, reproduz em nova roupagem a exclusão da massa trabalhadora do saber culto. No entanto, a imagem radiosa de uma convivência humana franqueada de toda miséria física e espiritual, construída pelo intercambio voluntário e generoso dos mais diferentes saberes, habilidades e gostos, se mantêm viva entre as correntes intelectuais e políticas originárias da esquerda do liberalismo e das várias tendências do socialismo moderno. Empenhadas na crítica da cultura e educação classistas e mercantis e na busca de alternativas ao *status quo*, dão vida a um vasto leque de teorias e práticas pedagógicas e culturais, incluindo desde as experiências escolares implementadas pelos anarquistas à margem do sistema oficial até a proposta de uma instrução enciclopédica e politécnica, que, ao adotar o trabalho como princípio educativo, o articule ao estudo da grande cultura humanista e científica.

As teses de Gramsci, inscrevendo-se nesta trilha de propostas e movimentos inovadores, sugerem ao leitor possíveis paralelos com o ideário das Luzes, além do que permite a letra explícita do seu texto.

Onipresente nos escritos sobre jornalismo, literatura nacional popular e organização pública da cultura, em que o autor dedica-se a definir o campo de ação dos intelectuais, a ideia de que a apropriação criativa do conhecimento pelos

trabalhadores é prioritária na luta em prol do socialismo constitui uma espécie de “fio de Ariadne” para reconhecer o espírito das Luzes seja na crítica à reforma educacional italiana na década de 1920, seja no projeto de implantação de uma escola unitária. Nos *Cadernos* 4 e 12<sup>5</sup>, nos parágrafos dedicados ao problema educacional, a necessidade de superar o dualismo inscrito na organização escolar moderna imbrica-se com a defesa contundente do ensino laico, trazendo à tona um dos aspectos nucleares da aliança selada entre o velho e o novo mundo para a perpetuação do domínio. Vejamos.

Apesar de revelar uma faceta democratizante da sociedade industrial capitalista, consequência de sua demanda por habilidades e conhecimentos técnicos diversificados, a crescente proliferação de escolas profissionalizantes especializadas no ensino operativo tende a fixar em “caracteres chineses” a divisão entre trabalho intelectual e técnico, excluindo os trabalhadores do acesso à cultura filosófica e literária. Ressurge aí uma temática cara ao pensador desde os escritos juvenis, nos quais já denunciava, como aponta Manacorda, o caráter desumanizador da aprendizagem destinada ao povo: limitada e mecânica, cria “[...] pequenos monstros aridamente instruídos em um ofício sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com olhos infalíveis e uma mão firme” (GRAMSCI, 1958 apud MANACORDA, 2008, p.37). Nesta mesma época, em contraste com as posições de Croce e Gentile sobre o papel moralizador e socialmente integrador do ensino e da cultura religiosa para um povo eternamente infantil, fadado a decodificar o mundo por imagens, reafirmava a universalidade das faculdades intelectivas e sensitivas, cujos produtos mais elevados todos os homens tem direito e capacidade de cultivar e usufruir (GRAMSCI, 1958 apud MANACORDA, 2008).

Anos mais tarde, elaborando no cárcere sua proposta alternativa à reforma em curso, Gramsci aponta para os aspectos positivos do velho sistema público de educação alicerçado sobre o ensino, radicalmente laico, desde os anos iniciais, de noções elementares de ciências naturais e políticas, mostrando que a reforma Gentile preserva o caráter discriminatório de uma escola que excluía o povo de seu espaço e o mundo do trabalho de seu currículo, imprimindo nela o selo da modernidade pelo confinamento de ambos no âmbito das escolas técnicas. A extirpação da concepção religiosa constitui um pressuposto para tornar efetiva a perspectiva emancipatória e democrática inerente a uma escola única para todos, na qual o princípio educativo do trabalho se integre ao ensino rigoroso da língua nacional, do latim, da cultura desinteressada, responsável, na velha escola, por sedimentar a reflexão e a memória e formar o senso crítico e a coerência lógica do raciocínio.

---

<sup>5</sup> Confira: *Appunti di filosofia I – Miscellanea – Il canto décimo dell'Inferno*. Quaderno 4 (1929-1932), em Gramsci(1977a) e *Appunti e note sparse per un gruppo di saggi sulla storia degli intellettuali*. Quaderno 12 (1932-1935) em Gramsci(1977c).

Em um aparente paradoxo, o projeto pedagógico de Gramsci incorpora o “ensino dogmático” de valores universais integralmente laicos na escola elementar. Operante pela via da fabulação mítica, imediatamente assimilável por mentes infantis, tem seu paralelo na defesa de uma literatura de propaganda que integre formas mitológicas e supersticiosas em seus conteúdos e linguagem, mais aptas a sensibilizar a mentalidade popular, formada à sombra da paróquia e, por isso, impregnada de concepções mágicas adquiridas sem o exercício da razão. Distanciando-se, neste aspecto, do racionalismo predominante no projeto iluminista para o qual a literatura e a linguagem, ao tornar-se didática, vulgarizada, nunca abandona o rigor dos conteúdos e a lógica filosófica, permanece, no entanto, em posição antitética à de Croce, no que diz respeito às relações entre a cultura destinada às elites e às massas. Enquanto a fabulação mítica constitui para o pensador liberal um limite intransponível para a cultura popular, imposto pela inaptidão natural da maioria dos homens ao raciocínio complexo, Gramsci identifica, no ensino e na literatura dogmáticos, uma fase transitória, a ser superada por todos. Na escola, na passagem da infância para a adolescência, tal superação ocorre nos degraus imediatamente superiores ao elementar, voltados a potenciar as dimensões reflexivas, críticas e criativas. Encontrando neste percurso escolar seu ponto nevrálgico de apoio, a organização pública da cultura permite a camadas cada vez mais amplas do povo a decodificação mais crítica e racional do mundo, contribuindo para a progressiva superação de uma penúria cultural social e historicamente determinada rumo a uma síntese criativa entre a experiência da fábrica e da cidade moderna e o estudo teórico da ciência natural e política, entre o senso comum e a filosofia, entre a vivência fragmentada e restrita do velho e do novo e a elaboração consciente de uma forma de vida coletiva superior, pautada por relações livres, igualitárias e cooperativas.

Não parece descabido concluir que o caráter unitário da escola refere-se não só à implantação do mesmo percurso de aprendizagem para todos, mas, também, ao seu caráter integralmente laico, condição necessária para que a passagem da pedagogia dogmática para a criativa não sofra rupturas insolúveis, como aquela criada pela reforma Gentile entre o ensino elementar, técnico, médio propedêutico, aprofundada em 1929, em consequência da *concordata* entre o Estado fascista e a Igreja, pela extensão do ensino religioso à escola média, que reduz o âmbito da reflexão e da crítica laica às Universidades públicas. No entanto, permanecem, no projeto pedagógico e cultural de Gramsci, fissuras e riscos de rupturas insolúveis, inerentes à suposição, e hierarquização, de modos diferentes de experienciar o mundo físico e moral: um, tradicional, marcado pela magia e crença religiosa, o outro, moderno, produzido pela aventura científica e filosófica da razão. Orientando a ação dos homens cultos devotados ao progresso intelectual das massas, a

concepção emancipatória moderna assimila aspectos da tradição e do folclore, com o fim de garantir a adesão compacta e isenta de dúvidas, típica da fé e da paixão, aos novos valores laicos da liberdade e da igualdade. Ao conferir à educação e cultura “dogmáticas” o caráter instrumental, e transitório, de etapa necessária para “extirpar” o velho modo de pensar, transfere-se à fase criativa do ensino o ônus de lidar com corações e mentes previamente unificados, de forma homogênea e irrefletida, em torno dos novos “dogmas” da religião da liberdade, incorrendo no perigo de neutralizar a postura analítica diante de todas as verdades inscritas e experienciadas no caminho do progresso intelectual, tal como foi originariamente formulado pelos iluministas.

Embora não caiba aqui aprofundar esta temática, motivo de polêmicas e divergências entre os estudiosos de Gramsci, parece oportuno lembrar que a decisiva acentuação da necessidade de criar, ampliar, organizar o consenso em torno do projeto comunista após a derrota das revoluções europeias nos anos 20 e o esmagamento das organizações e lutas operárias na emergência e consolidação do nazismo e fascismo, não chega a suprimir, nos escritos carcerários, as ricas e variegadas facetas da pedagogia e cultura destinadas ao progresso intelectual das massas. Como visto acima, o projeto de uma escola regida pelo princípio educativo do trabalho preserva os conteúdos da grande cultura clássica adotados na velha escola para potenciar o intelecto e apurar o gosto, entrelaçando-se à certeza de que a grande literatura popular extrai sua força emancipatória e artística da capacidade de incorporar e reelaborar as formas de compreender e sentir o mundo dos simples, cristalizadas em suas linguagens, nos fragmentos de sua filosofia, na força de sua fé e de suas paixões. Desta forma, os “retalhos” de autonomia e de inovação presentes no folclore, ao mesclar-se ao potencial estético e intelectual da formação “renascentista” e à força civilizatória das ciências e do trabalho moderno, conferem ao progresso intelectual o caráter de uma aprendizagem operante por síntese e trocas permanentes entre sensibilidade e razão, entre local e universal, entre compreensão e entendimento, entre passado e futuro.

## Finalizando

Apesar das incertezas e dúvidas suscitadas pela conjuntura contrarrevolucionária vivida por Gramsci, potenciadas diante da expansão dos meios de controle ideológico das massas populares com o advento do rádio e do cinema, os ideais socialistas originários do século XIX ainda aglutinavam em torno de si os debates e a militância dos que se colocavam na perspectiva de superação do capitalismo. Hoje, várias décadas após o melancólico fim do socialismo real e do

ocaso, no pensamento e na prática dos novos movimentos sociais, dos projetos mais radicais e coletivistas emersos na última primavera revolucionária, em 1968, diante do triunfo e a extraordinária hipertrofia da economia e cultura mercantis, o pensamento crítico busca, nos fragmentos, nas localidades, nos espaços e tempos plurais em que emergem lutas e culturas autônomas em relação à ideologia dominante, inspiração para o renascimento de sua dimensão utópica. Distanciando-se dos discursos desconstrucionistas e relativistas florescidos sobre os destroços das grandes narrativas emancipatórias da modernidade, as novas utopias buscam preservar a universalidade dos valores libertários e igualitários no exercício de uma comunicação tolerante e democrática entre os diversos modos de vida, sempre aliada à crítica e combate rigorosos aos meios de dominação física e simbólica, potenciados e sofisticados crescentemente pela nova revolução tecnológica.

Para os que pensam e atuam na área da educação tendo como norte o empenho em conciliar o universal e o plural, mantendo o combate a toda forma de opressão e exploração, estas “velhas ideias” de uma escola democrática, laica, inteiramente voltada ao progresso intelectual das massas, constituem, ainda, referencial obrigatório no exame da sociedade da imagem e som, em cujas formas de transmissão do conhecimento se fundem a ampliação da percepção do real e o seu mascaramento, exigindo a construção de novas pedagogias. Embora não possam sugerir caminhos específicos para este desafio, os projetos aqui brevemente abordados afirmam concretamente a universalidade das faculdades intelectivas e sensitivas dos homens, fazendo da educação pública aberta a todos um dos espaços e tempos privilegiados para o seu desenvolvimento, traçando um percurso para a autonomia sobre a recusa do treinamento operativo e do doutrinamento moral. Desta forma, projetam a formação humana como um instrumento, acessível a todos, necessário, embora não suficiente, para desvendar e superar os engodos do domínio cultural, permanentemente reforçado pela redução das mentes à dimensão do cálculo e da operação.

Assumindo a perspectiva da formação humana na contracorrente da mentalidade produtivista e mercantilista predominante nas últimas décadas, a luta atual para a implantação e preservação de uma escola pública unitária e laica, ativa em vários lugares do mundo globalizado, cresce também em nosso país, envolvendo educadores, pesquisadores, alunos e pais, como mostra o amplo debate travado no último ano na preparação e realização da Conferência Nacional da Educação (CONAE). Os que integram esta luta, norteados pela certeza de que “[...] todo homem é um filósofo, um artista, um homem de gosto” (GRAMSCI, 1977c, p.1551) se inscrevem na senda aberta pelos reformadores das Luzes rumo a uma civilização em que o avanço e democratização das ciências e das artes se efetivem vinculados a um projeto coletivo, esclarecido e voluntário de uma sociedade de livres e iguais,

em oposição frontal ao progresso “cego e mecânico” impulsionado pelo espírito mercantil.

**UNITARY SCHOOL AND SECULAR CULTURE: FROM THE REFORMERS OF THE ENLIGHTENMENT TO GRAMSCI’S UTOPIA**

**ABSTRACT:** *The prominent position attributed by Gramsci to the Enlightenment, among all the innovative cultural movements that contribute to the intellectual and moral improvement of people, constitutes the axis around which we seek in order to construct parallels between his ideas on education and culture and the legacy of Encyclopedists, either in the field of creation of popular literary genres or in the proposition of a modern and democratic school. We focus on the investigation of Gramsci’s writings in order to study the echoes of the projects elaborated by the more progressive wing of the Enlightenment, which constitute of propositions on a universal and free public education in which the theoretical and secular study of natural and political sciences, as well as the introduction to artistic and philosophical culture, aims at the formation of autonomous men and citizens. A similar goal is identified when Gramsci criticizes the changes implemented by the Italian school reform in the 1920s: disruptions between religious education and philosophy, humanist formation and technical capability, and the alteration of the alternative project for a unitary and fully secular school. In opposition to the legitimization of the fascist educational policy by the philosophy of Benedetto Croce, Gramsci develops the ideas initially proposed by the Enlightenment and recognizes the school as one of the spaces for emancipation from all the modern or traditional ways of reducing the intellect to the operative dimension, and also the dimension of dogmatic transmission of truths and unquestionable norms.*

**KEYWORDS:** *Enlightenment. High culture. Popular culture. Religious education. Secular education. Unitary school. Democracy. Reason. Myth.*

## Referências

CONDORCET, M. de. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Rapport sur l’instruction publique. In: BACZKO, B. (Org.). **Une éducation pour la démocratie**. Genebra: Librairie Droz, 2000. p.181-258.

\_\_\_\_\_. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

DIDEROT, D. Plano de uma universidade . In GINSBURG, J. (Org.). **Diderot: obras I: filosofia e política**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CROCE, B. **La mia filosofia**. Milano: Adelphi Edizioni, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura e vita morale. Intermezzi polemici**. Napoli: Bibliopolis, 1993.

FERRONE, V.; ROCHE, D. **L'Illuminismo nella cultura contemporanea: storia e storiografia**. Bari: Laterza, 2002.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1977a. v.1, p.417-536.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1977b. v.2, p.1025-1362.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1977c. v.3, p.1511-1552.

\_\_\_\_\_. **La formazione dell'uomo: scritti di pedagogia**. Roma: Riuniti, 1974.

ITÁLIA. Decreto nº 1054. Regio Decreto 6 maggio de 1923. **Ordinamento della istruzione media e dei convitti nazionali**. G. U. de 2 giugno de 1923, nº 129. Disponível em: <[http://www.edscuola.it/archivio/norme/decreti/rd1054\\_23.pdf](http://www.edscuola.it/archivio/norme/decreti/rd1054_23.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2010.

MANACORDA, M. A. **O principio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas: Alinea, 2008.

ROMANO, R. **Diderot à porta da caverna platônica: sonhos, delírios e figuras da razão**. Perspectiva, 2000.

## Bibliografia Consultada

BOBBIO, N. **Dal fascismo alla democrazia: i regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche**. Milano: Baldini & Castoldi, 1997.

CARMO, J. C. **Giovanni Gentile e a reforma da escola italiana nos primórdios do fascismo**. 1999. 153f. Dissertação(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CROCE, B. **Contributo alla critica di me stesso**. Milano: Adelphi Edizioni, 2000.

FRANCO, C. **Le pedagogie del Novecento**. Bari: Laterza, 2007.

- GARIN, E.. **Cronache di filosofia italiana (1900-1960)**. Bari: Laterza, 1997. v.2.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1977. v.3, p.2105-2136.
- \_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1977. v.3, p.2295-2308.
- \_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1977. v.3, p.2309-2318.
- \_\_\_\_\_. **L'Ordine Nuovo**. Torino: Giulio Einaudi, 1958.
- LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Antonio Gramsci dal liberalismo al comunismo crítico**. Roma: Gamberchi, 1997.
- PIOZZI, P. Da necessidade à liberdade: uma nota sobre as propostas de Diderot e Condorcet para o ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.88, p.655-676, out. 2004.
- \_\_\_\_\_. Sensibilidade e razão: Gramsci e o “espírito popular criativo”. In: BOITO JUNIOR, A.; TOLEDO, C. N. de (Org.). **Marxismo e ciências humanas**. São Paulo: Xamã, 2003. p.174-185.
- SILVA, S. R. da. **Instrução pública e formação moral**: a gênese do sujeito liberal segundo Condorcet. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SOARES, R. D. **A concepção gramsciana do Estado e o debate sobre a escola**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

Recebido em janeiro de 2010

Aprovado em maio de 2010

